

Quem cuida das escolas do país

Mulheres com faculdade e experiência em sala de aula formam a maioria dos secretários municipais de educação

Lisandra Paraguassú
Da equipe do Correio

Desde 1996, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a responsabilidade pela educação desde a alfabetização até a 8ª série passou para os municípios. É a prefeitura que escolhe os professores, cria projetos pedagógicos, constrói escolas. O que não se sabia até agora era nas mãos de quem estava a coordenação de todas essas tarefas — que não são nada fáceis. Os primeiros dados para se descobrir quem são esses secretários municipais de educação começaram a aparecer agora no perfil preparado pelo Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola).

O retrato mostra pessoas — a maioria mulheres — com curso superior, experiência em sala de aula e que ganham um salário, na maioria dos casos, entre R\$ 500 e R\$ 1.000. Mas há, também, secretários sem experiência no cargo e poucos casos de continuidade entre um governo e outro.

São boas e más notícias misturadas. Do lado bom está a constatação de que, aparentemente, o cargo de secretário de educação deixou de ser usado como moeda política e virou uma escolha técnica. A maior parte dos entrevistados — 93% — tem ligações fortes com edu-

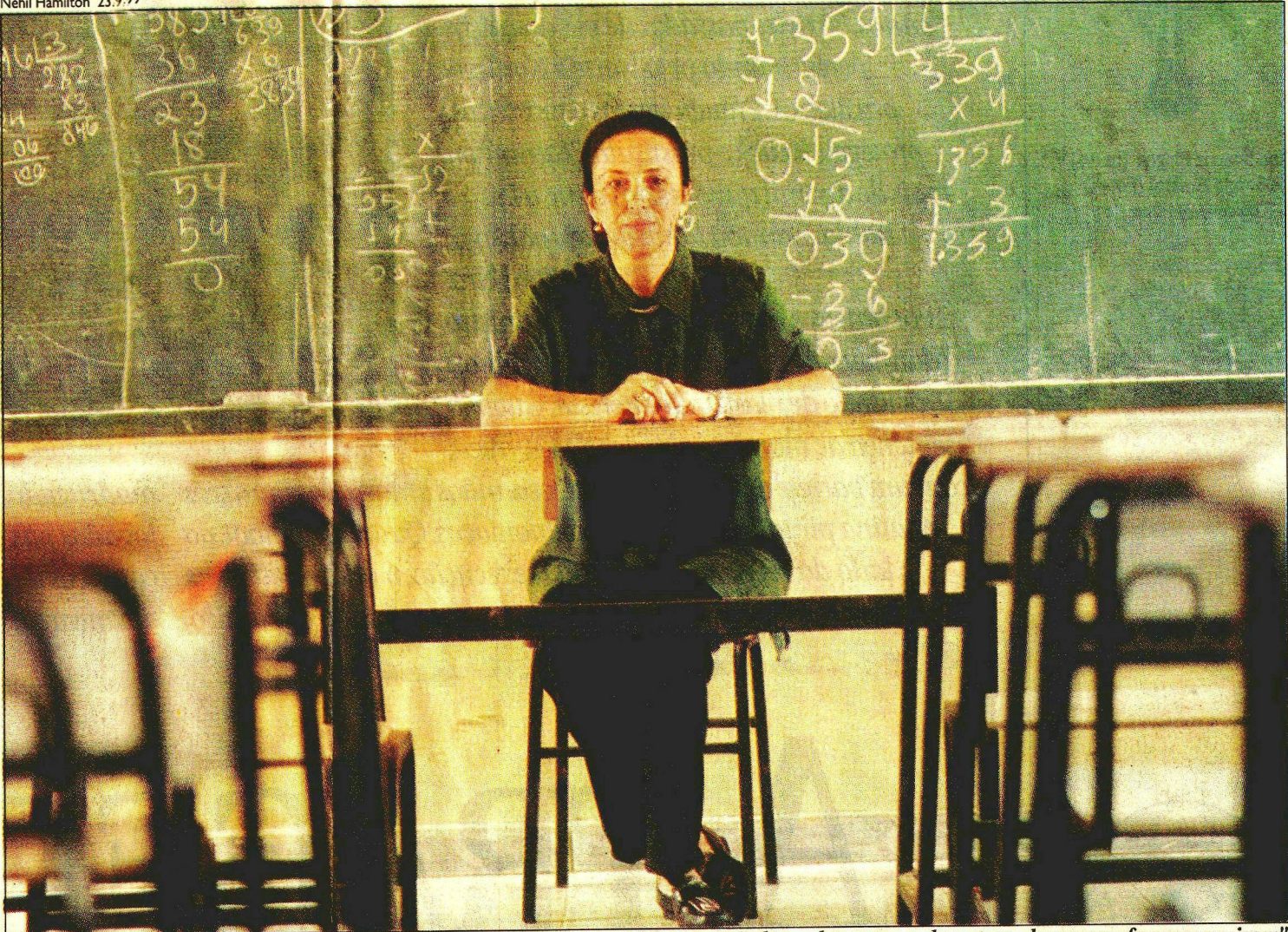
cação. São professores, ex-diretores de escola, pedagogos. Poucos tinham atuação ou filiação política anterior a assumirem a secretaria.

São pessoas como Argentina Martins da Silva, 48 anos, secretária no município de Formosa (GO). Formada em pedagogia, Argentina deu aula nos principais colégios públicos da cidade. Também trabalhou para a Fundação Educacional do Distrito Federal. Em 1997, foi convidada pelo prefeito para assumir o cargo. Nunca havia tido ligações políticas nem outra experiência como secretária, mas conhecia bem a realidade das escolas.

“Ter sido tanto tempo professora me ajuda a saber o que realmente os alunos e professores precisam”, afirma. As dificuldades surgiram na hora de aprender a lidar com toda a legislação e o orçamento da secretaria.

Números e recursos como o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) — que garante um investimento mínimo de R\$ 315 por aluno/ano, e repassa verbas extras para municípios que não atinjam isso. Ou então que caminhos seguir para garantir financiamentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e construir ou mobiliar escolas. “Essa é a parte mais difícil. Eu domino a área pedagógica, e pa-

Nehil Hamilton 23.9.99



Argentina, secretária em Formosa e sem ligações políticas: “Ter sido professora me ajuda a saber o que realmente os alunos e professores precisam”

ra o resto conto com a ajuda da secretaria de finanças”, explica.

Do outro lado estão os 6% de secretários homens, cuja história é um pouco diferente. A maioria tem ligações partidárias e não vem de escolas ou universidades — o que fez com que uma hipótese fosse levantada pelo responsável pela análise

dos dados, Sergio Luna, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. “Parece-me que as indicações dos homens ainda seguem um critério mais político”, diz. São pessoas que foram assessores políticos, secretários em outras áreas e estão agora na educação. Luna esclarece que não há elementos

para comprovar cientificamente, mas os dados levantados tornam a ideia bastante plausível.

“Mesmo com esse pequeno percentual de pessoas de fora da área, é fantástico que, mesmo ainda sendo um cargo nomeado, as prefeituras estejam levando mais em conta o aspecto técnico para escolher seus secretários de

educação”, avalia Maristela Rodrigues, coordenadora do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (Prasem) do Fundo. Essa nova forma de seleção pode terminar com um dos problemas detectados na pesquisa: a mudança que ocorre nas secretarias cada vez que muda o prefeito.

Mudança prejudicial

Um dos lados negativos mostrado pela pesquisa é a pouca importância dada à continuidade. Apenas 26% dos atuais secretários já tinham alguma experiência antes de assumirem a atual gestão. Mesmo que a escolha seja hoje técnica, cada novo prefeito escolhe seu próprio funcionário a confiar na escolha do seu antecessor — ainda que seja do mesmo partido.

O prejuízo é claro: cada um que chega tem que aprender mais uma vez todos os detalhes gerenciais de uma função que desconhece. Lidar com orçamentos, licitações, reformas, contratações, etc. “A legislação atual é muito nova, e difícil de compreender”, diz Luna. “A maior parte desses professores pouco ou nenhum contato havia tido com ela.” A maioria dos secretários que respondeu a

toda a realidade das escolas da cidade, onde dá aula há 15 anos — mas não tem ideia de como gerenciar todo o resto.

O secretário foi um dos alunos do Prasem II — o programa de capacitação organizado pelo Fundescola, de onde saiu a pesquisa —, em junho deste ano. Na época, tinha assumido há poucos dias. Não sabia nada sobre Fundef ou plano de carreira do magistério. “Tenho muito que aprender”, constatou.

Chegar no interior para ajudar esses secretários a entenderem melhor o que se decide em Brasília não é simples. O Prasem, iniciado em 1997, foi a primeira iniciativa. Daí, a necessidade de se fazer o perfil.

Quando a equipe do Fundescola tentou planejar o primeiro curso, descobriu que não havia nenhuma pesquisa no país inteiro. Na primeira etapa dos encontros, além de assistir às palestras, 1.513 secretários do Norte, Nordeste e Centro-Oeste responderam a uma pesquisa. “Nesse primeiro ainda há falhas, perguntas que não foram bem entendidas, mas temos um esboço”, explica Maristela. As falhas são, por exemplo, sobre a escolaridade dos secretários. O estudo mostrou que 61% tem curso superior, mas não se sabe que tipo de curso ou qual a qualidade dessa formação. “Muitos tem formação distante da área de educação”, explica Sérgio Luna.

